

Odebrecht TransPort S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas acompanhadas do relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018

Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas	3
Demonstrações contábeis	7
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018	14

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Odebrecht TransPort S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Odebrecht TransPort S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Odebrecht Transport S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e o seu respectivo fluxo de caixa individual e consolidado para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 1 e para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, as quais indicam que a Companhia apresenta prejuízos líquidos recorrentes e geração de caixa negativa e, em 31 de dezembro de 2018, o passivo circulante individual e consolidado, excedia o total do ativo circulante em R\$ 576.086 mil e R\$ 1.685.945 mil, respectivamente. Nesta data, a Companhia apresenta alto índice de alavancagem, 70,00% do capital total. A Administração está implementando ações para reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro e da posição patrimonial da Companhia, através da reestruturação da dívida corporativa e de suas investidas e de um programa de desmobilização que considera a venda integral ou parcial de determinados ativos, entre outras ações operacionais e financeiras. A eventual não confirmação dessas ações, inclusive de outros assuntos descritos na Nota Explicativa nº 1 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas, indicam a existência de incerteza relevante que podem gerar dúvidas significativas quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e das suas controladas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Ênfase

Investigações e medidas judiciais em andamento

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, em dezembro de 2016, no contexto da chamada Operação “Lava-Jato”, que tem por objeto, principalmente, práticas relacionadas à corrupção e lavagem de dinheiro, e que envolvem determinadas empresas e executivos do Grupo econômico Odebrecht, do qual a Companhia e suas controladas fazem parte, a Odebrecht S.A. firmou Acordo de Leniência com o Ministério Público Federal e autoridades dos EUA e Suíça, responsabilizando-se por todos os atos ilícitos que integram o objeto do mesmo, praticados em benefício de todas as empresas do Grupo econômico Odebrecht. Em julho de 2018, a Odebrecht S.A. também celebrou o acordo de leniência com o Ministério da Transparência/Controladoria-Geral da União (“CGU”) e com a Advocacia-Geral da União (“AGU”), mediante o qual serão extintas as ações de improbidade e os processos administrativos no âmbito do Executivo Federal Brasileiro. Até o presente momento, ainda não há como determinar se a Companhia e suas controladas serão afetadas pelos resultados das referidas investigações e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desses assuntos. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Reapresentação dos valores correspondentes ao exercício anterior

A Companhia e suas controladas estão reclassificando as transações dos ativos não circulantes mantidos para negociação nas demonstrações de resultado e dos fluxos de caixa, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, conforme descrito na Nota nº 1(c). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

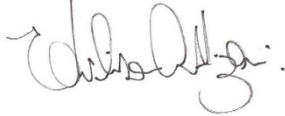
Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional;

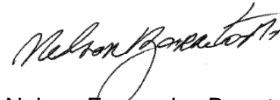
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de março de 2019



Edinilson Attizani
CT CRC 1SP-293.919/O-7



Nelson Fernandes Barreto Filho
CT CRC 1SP-151.079/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Balço patrimonial em 31 de dezembro
Em milhares de reais

ATIVO

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	23.338	74.534	102.963	649.429
Aplicações financeiras	7	-	26.542	25.224	126.145
Contas a receber	8	-	-	22.272	163.363
Partes relacionadas	9	4.309	50.147	-	-
Tributos a recuperar	-	24.938	29.896	43.032	70.281
Outros ativos	-	4.931	18.108	15.626	62.850
		57.516	199.227	209.117	1.072.068
Ativos não circulantes mantidos para negociação	10	132.409	-	6.423.080	58.346
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras	7	18.688	16.313	29.727	120.834
Contas a receber	8	-	-	232	134.154
Partes relacionadas	9	493.179	423.835	142.372	121.192
Depósitos judiciais	16	-	-	1.770	30.307
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	-	12.485	27.141	33.685
Outros ativos	-	-	58.203	9.930	14.357
		511.867	510.836	211.172	454.529
Investimentos	11	990.331	1.451.299	183.611	224.781
Imobilizado	12	5.690	6.389	66.462	82.781
Intangível	13	-	1.028	1.850.862	6.919.954
		1.507.888	1.969.552	2.312.107	7.682.045
Total do ativo		1.697.813	2.168.779	8.944.304	8.812.459

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Balço patrimonial em 31 de dezembro
Em milhares de reais

PASSIVO					
	Notas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	603.150	237.135	1.736.936	1.609.750
Fornecedores	-	2.768	2.833	89.351	311.799
Obrigações sociais e trabalhistas	-	24.429	14.448	45.179	68.203
Credor pela aquisição da concessão	-	-	-	-	4.487
Impostos, taxas e contribuições sociais	-	1.151	2.178	15.684	48.039
Outros passivos	17	2.104	2.063	7.912	44.995
		<u>633.602</u>	<u>258.657</u>	<u>1.895.062</u>	<u>2.087.273</u>
Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para negociação	10	-	-	4.349.660	28.634
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	594.213	878.102	1.155.428	4.458.935
Fornecedores	-	-	-	2.772	102.631
Partes relacionadas	9	-	2.076	30	6.625
Credor pela aquisição da concessão	-	-	-	-	18.878
Provisões cíveis, trabalhistas e previdenciárias	16	-	-	1.906	26.101
Outros passivos	17	-	-	433.478	422.906
		<u>594.213</u>	<u>880.178</u>	<u>1.593.614</u>	<u>5.036.076</u>
Patrimônio líquido	18				
Capital social	-	1.610.713	1.610.713	1.610.713	1.610.713
Reservas de capital	-	621.483	621.483	621.483	621.483
Ajustes de avaliação patrimonial	-	(42.669)	(42.065)	(42.669)	(42.065)
Prejuízos acumulados	-	(1.719.529)	(1.160.187)	(1.719.529)	(1.160.187)
		<u>469.998</u>	<u>1.029.944</u>	<u>469.998</u>	<u>1.029.944</u>
Participação dos não controladores	-	-	-	377.147	630.532
Participação dos não controladores em investimentos mantidos para negociação	10	-	-	258.823	-
		<u>469.998</u>	<u>1.029.944</u>	<u>1.105.968</u>	<u>1.660.476</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.697.813</u>	<u>2.168.779</u>	<u>8.944.304</u>	<u>8.812.459</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Demonstração dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Operações continuadas					(Reapresentado)
Receita líquida	19	-	-	510.678	520.031
Custos de construção	20	-	-	(96.501)	(128.410)
Custos dos serviços prestados	21	-	-	(234.230)	(204.541)
Lucro bruto		-	-	179.947	187.080
Despesas operacionais					
Resultado de participação societária	11 (ii)	(155.401)	(226.796)	-	-
Gerais e administrativas	21	(68.669)	(79.330)	(128.992)	(154.222)
Outras despesas, líquidas	21	(39.556)	(60.001)	(71.087)	(60.336)
Prejuízo operacional		(263.626)	(366.127)	(20.132)	(27.478)
Resultado de participação societária	-	-	-	(43.991)	(318.861)
Resultado financeiro, líquido	22	(56.538)	(73.532)	(372.053)	(223.778)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(320.164)	(439.659)	(436.176)	(570.117)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	15	(12.485)	-	(9.404)	(13.226)
Prejuízo das operações continuadas		(332.649)	(439.659)	(445.580)	(583.343)
Operações descontinuadas					
Participação dos atuais controladores e não controladores nos ativos não circulantes mantidos para negociação	10	(226.693)	48.893	(110.476)	182.136
Prejuízo do exercício		(559.342)	(390.766)	(556.056)	(401.207)
Atribuível a					
Acionistas da Companhia	-	-	-	(559.342)	(390.766)
Participação dos não controladores	-	-	-	(2.410)	(16.808)
Participação dos não controladores nos ativos mantidos para negociação	-	-	-	5.696	6.367
				(556.056)	(401.207)
Prejuízo por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)	23	(2,61)	(1,82)		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Demonstração dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

Notas	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
				(Reapresentado)
Prejuízo do exercício	(559.342)	(390.766)	(556.056)	(401.207)
Outros componentes do resultado abrangente				
Ajuste de conversão de investidas no exterior	18 (b) (10)	(1)	(28)	(3)
Ajuste de valor de justo de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	18 (b) 107	780	179	94.496
Total do resultado abrangente do exercício	(559.245)	(389.987)	(555.905)	(306.714)
Atribuível a				
Acionistas da Companhia	- (559.245)	(389.987)	(559.245)	(389.987)
Participação dos não controladores	- -	-	3.340	83.273
	(559.245)	(389.987)	(555.905)	(306.714)
Total do resultado abrangente do exercício atribuível aos acionistas da Companhia				
Operações continuadas	- (332.552)	(438.880)	(334.908)	(488.791)
Nos ativos mantidos para negociação	- (226.693)	48.893	(220.997)	182.077
	(559.245)	(389.987)	(555.905)	(306.714)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Em milhares de reais

Atribuível aos acionistas da controladora

	Notas	Capital social	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 1 de janeiro de 2017		1.610.713	621.483	(42.890)	(769.421)	1.419.885	552.753	1.972.638
Prejuízo do exercício das operações continuadas	-	-	-	-	(439.659)	(439.659)	(16.808)	(456.467)
Lucro do exercício das operações dos ativos mantidos para negociação	-	-	-	-	48.893	48.893	6.367	55.260
Ajuste de valor justo de <i>hedge accounting</i>	-	-	-	780	-	780	93.716	94.496
Ajuste de conversão de investidas no exterior	-	-	-	(1)	-	(1)	(2)	(3)
Total resultado abrangente do exercício	-	-	-	779	(390.766)	(389.987)	83.273	(306.714)
Ganho e perda na variação de participação de controlada	-	-	-	46	-	46	-	46
Aporte de não controladores em controladas	-	-	-	-	-	-	(256)	(256)
Outras transações com não controladores	-	-	-	-	-	-	(5.238)	(5.238)
Em 31 de dezembro de 2017		1.610.713	621.483	(42.065)	(1.160.187)	1.029.944	630.532	1.660.476
Prejuízo do exercício das operações continuadas	-	-	-	-	(332.649)	(332.649)	(2.410)	(335.059)
Prejuízo do exercício das operações dos ativos mantidos para negociação	-	-	-	-	(226.693)	(226.693)	5.696	(220.997)
Ajuste de valor justo de <i>hedge accounting</i>	18 (b)	-	-	107	-	107	72	179
Ajuste de conversão de investidas no exterior	18 (b)	-	-	(10)	-	(10)	(18)	(28)
Total resultado abrangente do exercício		-	-	97	(559.342)	(559.245)	3.340	(555.905)
Ganho e perda na variação de participação de controlada	18 (b)	-	-	(701)	-	(701)	-	(701)
Aporte de não controladores em controladas	-	-	-	-	-	-	21	21
Outras transações com não controladores	-	-	-	-	-	-	2.077	2.077
Em 31 de dezembro de 2018		1.610.713	621.483	(42.669)	(1.719.529)	469.998	635.970	1.105.968

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social das operações continuadas	(320.164)	(439.659)	(436.176)	(570.117)
Lucro (prejuízo) do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social dos ativos mantidos para negociação	(226.693)	48.893	(93.578)	250.597
Ajustes para reconciliação do prejuízo do exercício das operações continuadas				
Resultado de equivalência patrimonial	155.063	91.138	3.126	(22.377)
Perda por impairment nos investimentos	338	135.658	40.865	341.238
Depreciação e amortização	656	688	43.855	35.159
Ajuste a valor presente	-	-	-	2.207
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidos	80.541	95.908	396.201	269.506
Baixa de investimento	32.794	-	32.794	-
Provisão para conserva	-	-	54.184	30.733
Outros	23.354	61.396	44.268	62.143
Lucro (prejuízo) ajustado das operações	(27.418)	(54.871)	179.117	148.492
Ajustes para reconciliação do lucro (prejuízo) do exercício dos ativos mantidos para negociação	226.693	48.893	838.072	544.645
Lucro ajustado dos ativos mantidos para negociação	-	-	744.494	795.242
Variações nos ativos e passivos:				
Contas a receber	-	-	807	(3.210)
Tributos a recuperar	9.982	2.571	15.684	(6.794)
Outros ativos	15.836	(42)	14.490	(7.640)
Fornecedores	(65)	1.515	107	(15.555)
Impostos, taxas, salários e contribuições sociais	9.586	5.528	401	4.849
Outros passivos	1	(1.626)	1.115	1.253
Caixa proveniente das operações	35.340	7.946	32.604	(27.097)
Pagamento de juros e encargos financeiros	(26.831)	(141.846)	(127.911)	(252.575)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(3.478)	(25.601)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	(18.909)	(188.771)	80.332	(156.781)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais dos ativos mantidos para negociação	-	-	401.539	367.118
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições ao investimento em participações societárias	(31.880)	(166.119)	(47.407)	(146.486)
Redução de capital social em investidas	4	110.751	4	21.000
Pagamento de garantias	-	-	-	(6.546)
Adições ao imobilizado	-	(6.546)	(2.615)	(4.285)
Adições ao intangível	-	-	(88.408)	(93.982)
Aplicações financeiras	(1.379)	(1.478)	56.281	125.869
Caixa oriundo de incorporação de empresas	-	553	-	3
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	175	100.115	175	115
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimentos	(33.080)	37.276	(81.970)	(104.312)
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de investimentos dos ativos mantidos para negociação	-	131.070	(243.641)	111.632

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

(Continuação)

Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Dívidas de curto e longo prazos, líquida			
Captações	-	-	77.886
Amortização de principal	-	(8.181)	(13.554)
Pagamento de custos de transação	-	-	(49.338)
Partes relacionadas			
Recursos liberados	(3.089)	-	(124.836)
Recursos recebidos	3.882	2.009	-
Aumento de capital social	-	-	1.878
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	793	(6.172)	(36.439)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos dos ativos mantidos para negociação	-	-	(189.693)
Efeito de caixa das empresas excluídas na consolidação	-	-	(339.948)
Redução de caixa e equivalente de caixa	(51.196)	(26.597)	(1.670)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	74.534	101.131	649.429
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	23.338	74.534	649.429

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Odebrecht TransPort S.A. (“Companhia” ou “OTP” e, de forma conjunta com suas controladas diretas e indiretas, “Grupo”), com sede em São Paulo, foi constituída em 07 de julho de 2010 tendo por objeto social:

- (i) A participação em consórcios ou no capital de sociedades que se proponham a desenvolver projetos, investir ou de fato operar ativos relacionados ao setor de infraestrutura de transporte e logística, incluindo rodovias, ferrovias, hidrovias, metrô, dutos, portos, aeroportos, infraestrutura urbana, mobiliário urbano, estacionamentos de veículos, meios de pagamentos, estações aduaneiras interior, portos secos e/ou centros logísticos industriais aduaneiros;
- (ii) A operação de quaisquer desses ativos de infraestrutura, celebrando contratos de concessão de serviços públicos, projetos de parcerias público privadas ou empreendimentos privados, atuando na cobrança dos serviços prestados, implantação, estudos ambientais ou outros, operação e manutenção do empreendimento, concessão ou parceria, podendo prestar serviços de consultoria, gestão e/ou supervisão no âmbito de tais atividades; e
- (iii) Participar de consórcios ou de atividades que explorem, direta ou indiretamente, quaisquer das atividades descritas nos itens (i) e (ii) acima.

A Companhia é parte integrante do Grupo Odebrecht, sendo controlada pela Odebrecht S.A. (“ODB”).

(a) Capital Circulante Líquido (“CCL”)

A Companhia e o Grupo encerraram o exercício de 31 de dezembro de 2018, com passivo circulante superior ao ativo circulante em R\$ 576.086 (2017 – R\$ 59.430) na controladora, e R\$ 1.685.945 (2017 – R\$ R\$ 1.015.205) no consolidado. Na Companhia, o excesso decorre da aproximação do vencimento dos empréstimos contratados junto ao Banco do Brasil e Bradesco. No consolidado, em virtude substancialmente do saldo de financiamento da Concessionária Rota do Oeste S.A. (“CRO”) que previa, em seu plano de negócios, a captação de empréstimo de longo prazo junto ao BNDES para o financiamento das obras previstas no Contrato de Concessão e posterior liquidação dos empréstimos de curto prazo, porém a deterioração do cenário econômico e político do país trouxe implicação direta no mercado de crédito, impactando a estruturação do financiamento de longo prazo da CRO e os termos de garantias dos acionistas. Diante da interrupção das negociações para a contratação de empréstimo de longo prazo nas condições planejadas, a CRO está buscando alternativas por meio de reequilíbrio e reperfilamento do Capex junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), o que viabilizaria a contratação de novas dívidas para a conclusão das obrigações previstas no contrato de concessão, ou mesmo para a potencial alienação do controle da Concessionária. Uma alternativa ainda seria a devolução da concessão à ANTT para uma nova licitação com recebimento futuro da indenização.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Administração vem implementando ações para assegurar a higidez financeira da Companhia e consolidar a sua sustentabilidade econômico-financeira, de modo a atender aos seus credores. Dessa forma, a Companhia vem simplificando suas estruturas, tendo como meta a redução de seus riscos operacional e financeiro. Dentre as ações, estão a reestruturação financeira das dívidas e a desmobilização de alguns dos seus ativos tendo, em 2018, sido concretizada a alienação da participação societária na Logum e iniciados os processos de negociação para a alienação das participações indiretas em Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (“CRB”), da SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. (“Supervia”) e Liquiport Vila Velha S.A. (“Liquiport”), cuja expectativa é de conclusão em 2019, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 10.

(b) Transações e eventos societários relevantes que impactaram essa demonstração contábil individual e consolidada

A controlada indireta Concessionária Rota das Fronteiras S.A. (“CRF”), que tinha como objetivo a exploração do corredor da PR-323, localizada no Estado do Paraná, foi extinta no em 31 de janeiro de 2018, através da liquidação do seu passivo e partilha de seus ativos para a acionista Odebrecht Rodovias S.A. (“ODBR”). Em função da baixa, a ODBR incorporou recebíveis e créditos tributários no montante total de R\$ 3.254 e apurou perda de R\$ 22.586.

Em 13 de abril de 2018, foi aprovada a extinção da Odebrecht Comercializadora de Energia S.A. (“OCE”), através da partilha dos seus ativos, sendo incorporado pela Companhia o montante de R\$ 1.023 referente a saldo negativo de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) dos exercícios de 2016 e 2017 e caixa, no montante de R\$ 4, creditado em 26 de junho de 2018.

Em 17 de dezembro de 2018, a Companhia incorporou sua controlada direta Odebrecht TransPort Mobilidade Urbana S.A. (“OTPMU”), com a consequente extinção das ações da empresa incorporada, passando a ser a sucessora legal em todos os direitos e obrigações. Não houve alteração em seu capital social, considerando que a participação societária era de 100%. Como resultado da incorporação, a Companhia passou a deter participação direta na Odebrecht Mobilidade S.A. (“OM”).

Em 27 de dezembro de 2018, foi concluída o processo de alienação da Logum, para a venda da totalidade de ações na Companhia na Logum, pelo montante de R\$ 2,00. No ato da venda, a Companhia apurou perda de R\$ 32.794.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O quadro a seguir demonstra o acervo das empresas que foram incorporadas pela OTP:

	2018		2017			2018		2017	
	OTPMU	OTPP	OTPA	TOTAL		OTPMU	OTPP	OTPA	TOTAL
Ativo					Passivo e patrimônio líquido				
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		552	1	553	Fornecedores		54	5	59
Aplicações financeiras		-	26.480	26.480	Obrigações sociais e trabalhistas		6	3	9
Outros ativos		788	1	789	Outros passivos		1.254	94	1.348
		<u>1.340</u>	<u>26.482</u>	<u>27.822</u>			<u>1.314</u>	<u>102</u>	<u>1.416</u>
Investimentos	551.061	562.237	94.079	656.316	Patrimônio líquido	551.061	562.263	120.659	682.922
Intangível	-	-	200	200					
	<u>551.061</u>	<u>562.237</u>	<u>94.279</u>	<u>656.516</u>					
Total do ativo	<u>551.061</u>	<u>563.577</u>	<u>120.761</u>	<u>684.338</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>551.061</u>	<u>563.577</u>	<u>120.761</u>	<u>684.338</u>

(c) Ativos não circulantes mantidos para negociação – Reapresentação dos resultados

A Companhia possui um plano de desmobilização para determinados ativos aprovado no nível hierárquico de gestão apropriado, tendo iniciado um programa firme para a sua conclusão. Em 31 de dezembro de 2018, as ações tomadas para alienação da CRB, Liquiport e Rio Trens Corporatian (“RTC”) e suas controladas, dentre elas a Supervia, indicam que é improvável que possa haver alteração significativa no plano. Esses ativos são apresentados em linha específica no balanço patrimonial e são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda, os efeitos da reclassificação estão apresentados na Nota nº 10.

As demonstrações de resultado do exercício e dos fluxos de caixa, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, estão sendo reapresentadas em função da reclassificação dos resultados dos “Ativos não circulantes mantidos para negociação” para uma única rubrica nessas demonstrações para fins de comparabilidade, em atendimento ao CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada. Os efeitos da reclassificação estão apresentados na Nota nº 10.

(d) Investigações e medidas judiciais em andamento

Em dezembro de 2016, no contexto da chamada Operação Lava Jato, a Odebrecht S.A., na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao seu grupo econômico, do qual a Companhia e suas controladas fazem parte, firmou acordo de leniência (“Acordo”) com o Ministério Público Federal (“MPF”) e autoridades dos EUA e Suíça, responsabilizando-se por todos os atos ilícitos que integram o objeto do mesmo, praticados em benefício dessas empresas, com exceção da Braskem S.A. que firmou acordo próprio. Neste Acordo, a Odebrecht S.A. se comprometeu a pagar o valor global equivalente a R\$ 3.828 milhões, em condições específicas determinadas no próprio Acordo. Em julho de 2018, a Odebrecht S.A. também celebrou o acordo de leniência com o Ministério da Transparência/Controladoria-Geral da União (“CGU”) e com a Advocacia-Geral da União (“AGU”), mediante o qual serão extintas as ações de improbidade e os processos administrativos no âmbito do Executivo Federal Brasileiro.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo Odebrecht possui compromisso de continuamente atuar com transparência e integridade, consistente com as melhores práticas mundiais de governança e com as leis, normas e regulamentos aplicáveis, bem como com as políticas, que zelam pela conduta baseada em princípios e valores éticos. Desde 2014, comprometida com o fortalecimento da Governança, foi iniciada a implantação do sistema de Conformidade que permitiu ao Grupo Odebrecht atender as expectativas de mercado, cada vez mais intolerantes a desvios de conduta.

No que concerne à Companhia, a Administração adotou e continua a adotar medidas para garantir a manutenção e aperfeiçoamento do seu sistema de conformidade, segundo as mais atuais metodologias, fomentado por uma estrutura de Governança que conta com a atuação do Comitê de Conformidade, órgão de caráter permanente, de apoio ao seu Conselho de Administração, assim como a função do *Chief Compliance Officer* (“CCO”), que responde diretamente a esse Comitê.

Esse Sistema de Conformidade inclui: (i) Código de Conduta, aprovado pelo Conselho de Administração, o qual trata de temas como anticorrupção, relacionamento com agentes públicos, lavagem de dinheiro, contratação de terceiros, patrocínio e doações, dentre outros; (ii) a gestão do canal linha de ética terceirizado e independente, disponibilizado em tempo integral para os integrantes, prestadores de serviços, fornecedores, clientes e público em geral; (iii) Comitê de Ética, com calendário de reuniões periódicas; (iv) engajamento dos parceiros comerciais, através da inclusão de dispositivos contratuais, com a obrigatoria adesão ao Código de Conduta do Fornecedor e à cláusula anticorrupção; (v) participação em ações coletivas e compromissos públicos ligados ao tema de Conformidade; (vi) auditorias internas permanentes; (vii) matriz de riscos; (viii) programa de treinamentos constante através de uma plataforma dedicada; e (ix) processo de due diligence dos terceiros mais relevantes.

Na medida em que a Companhia: (i) não foi notificada a respeito de ser objeto de qualquer investigação promovida por órgãos reguladores internos ou organismos internacionais contra a Companhia ou seus executivos relacionada à Operação Lava Jato; (ii) não tenha sofrido busca e apreensão em seus estabelecimentos; (iii) não tenha tido nenhum administrador indiciado, denunciado ou tampouco condenado até o momento, não há como determinar se a Companhia será afetada pelos resultados do referido Acordo e por quaisquer de seus desdobramentos e suas consequências futuras. A Administração neste momento entende que tais efeitos, se existentes, não deverão afetar significativamente a Companhia e, conseqüentemente, as suas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018.

(e) **Contratos de concessão**

Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (CRB)

Em 02 de abril de 2009, a controlada CRB celebrou junto à ARTESP, o contrato de Concessão Rodoviária tendo como objetivo a exploração, sob regime de concessão, do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do Corredor Dom Pedro I. A concessão, pelo prazo de 30 anos mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, construção de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, recuperação especial, projetos, gerenciamento de obra, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios, dentre outros.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A CRB possui cinco Termos Aditivos Modificativos (“TAM”) com a ARTESP, sendo: (1º) firmado em dezembro de 2009, altera a localização das praças de pedágio de Atibaia, Engenheiro Coelho, Igaratá, Louveira e Paulínia A e B; (2º) firmado em março de 2011, estabelece a 1ª adequação de cronograma de obras da Concessionária com o reconhecimento do desequilíbrio da equação financeira do contrato de concessão, sem fixar a modalidade e prazo para tal reequilíbrio, cujos valores ainda estão sendo tratados em processos administrativos; (3º) firmado em setembro de 2014, referente a implantação do projeto piloto do Governo do Estado de São Paulo denominado Ponto a Ponto (“PaP”) na Rodovia SP-332, além de fixar o local aonde os pórticos serão instalados, também garante o Reequilíbrio da perda de Receita ocorrida pela implantação do PaP e seus investimentos com a implantação do Projeto; (4º) firmado em Setembro de 2016, referente a implantação do PaP na Rodovia SP-360; (5º) firmado em setembro de 2017, define o prazo de término do projeto PaP da Rodovia SP-332 (3º TAM) para o mesmo prazo de término da Concessão.

Existem discussões em curso com a ARTESP relacionadas a eventos que podem gerar novos desequilíbrios a favor ou contra a CRB.

Concessionária Rota do Oeste S.A. (CRO)

Contrato concessão firmado em 12 de março de 2014, entre a ANTT e a CRO, para a prestação de serviços públicos de recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do sistema rodoviário, no estado do Mato Grosso, compreendendo o trecho de 850,9 km, sendo 822,8 km na BR-163 e 28,1 km na MT-407. A concessão patrocinada está sendo explorada principalmente pela cobrança da tarifa de pedágio dos usuários. O prazo da concessão é de 30 anos, contados a partir da data de assunção da rodovia.

Odebrecht Transport S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Concessionária Bahia Norte S.A. (CBN)

Contrato firmado em 17 de agosto de 2010 entre a CBN e o Estado da Bahia, por intermédio da Secretária de Infraestrutura do Estado da Bahia (“SEINFRA”), tendo como objeto a exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implantação de capacidade do Sistema Rodoviário “Concessão” dos trechos: BA093, BA512, BA521, BA524, BA526 e BA535, com a cobrança de pedágios, a partir da data de assinatura do contrato.

Em 25 de setembro de 2014, foi assinado o 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 01/2010, com finalidade de incluir o trecho situado entre o km 18,5 da BA-526 e o km 8,5 da BA 099, com extensão de 11,20 km. Como consequência, a área de total concedida passou a ser 132,65 km. Em decorrência dos novos investimentos, para recompor o equilíbrio econômico financeiro da concessão, a vigência do contrato foi aditada, passando de 25 para 30 anos.

Fora da esfera judicial, em 03 de agosto de 2017, a CBN foi comunicada pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá (“CCBC”) de Notificação para Instituição de Procedimento Arbitral, instaurado pela CNO e OAS (em recuperação judicial). As requerentes compuseram o Consórcio Construtor BA 093, responsável pelas obras de adequação e construção das rodovias concessionadas e alegam, em resumo, custos excedentes e não previstos na execução das referidas obras, para o que teria levado ao desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de construção. Em 18 de agosto de 2017, a CBN apresentou resposta ao Requerimento de Instauração do Procedimento Arbitral, informando que irá apresentar pleitos reconventionais contra o Consórcio Construtor.

As partes apresentaram suas alegações iniciais em 12 de setembro de 2018, tendo apresentado em 27 de novembro de 2018, resposta às alegações iniciais da contraparte e réplica em 19 de fevereiro de 2019. Sendo assim, ainda existem esclarecimentos a serem apresentados pelas partes no decorrer de toda a fase instrutória do procedimento arbitral. No que se refere aos resultados, a Administração e seus assessores legais entendem não haver, no momento, parâmetros para sua mensuração, o que deverá ser possibilitado apenas na fase decisória do procedimento arbitral.

Concessionária Rota do Atlântico S.A. (CRA)

Contrato firmado em 18 de julho de 2011, entre o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros “SUAPE” (Governo do Estado de Pernambuco) e a CRA, tendo como objeto a exploração do Complexo Viário e Logístico de SUAPE – “Express Way”, precedida de execução de obras, mediante a prestação de serviço pela concessionária pelo prazo de 35 anos, podendo ser prorrogado para fins de reequilíbrio econômico-financeiro sem prazo definido, contados de novembro de 2011.

Fora da esfera judicial, em 25 de agosto de 2017, a Companhia foi comunicada pela Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CCBC) de notificação inicial de procedimento arbitral, instaurado pela CNO e OAS (em recuperação judicial).

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As requerentes compuseram o Consórcio Construtor Expressway, responsável por parte das obras de adequação e construção da rodovia concessionada e alegam, em resumo, custos excedentes e não previstos na execução das referidas obras, para o que teria levado ao desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de construção. A assinatura do Termo de Arbitragem ocorreu no dia 23 de maio de 2018, quando se iniciou o prazo para as alegações iniciais das requerentes e posteriormente da CRA. Ambas alegações foram apresentadas em 07 de agosto de 2018. Em 23 de outubro de 2018, foram protocoladas as respostas às alegações iniciais e em 24 de janeiro de 2019 a réplica às respostas. A Administração da CRA e seus consultores externos entendem não haver, no momento, parâmetros para mensuração de resultados.

Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. (CRC)

Contrato firmado em 28 de dezembro de 2006 entre o Comitê Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privada (CGPE) e a controlada indireta CRC, tendo como objeto a exploração do sistema viário composto pela praça de pedágio de Jaboatão dos Guararapes, a ponte de acesso sobre o Rio Jaboatão, a via principal da Reserva do Paiva e a praça de pedágio do Cabo de Santo Agostinho, precedida de obras, mediante a prestação de serviço pela concessionária pelo prazo de 33 anos, podendo ser prorrogado até o máximo de 35 anos para garantir o prazo mínimo de 30 anos de exploração, a partir da data de assinatura do contrato.

Concessionária Rota do Horizonte S.A. (CRH)

A CRH, com sede em Belo Horizonte – Minas Gerais, foi constituída com o objeto social, único e exclusivo, à exploração, mediante parceria público-privada, na modalidade de concessão patrocinada, do Contorno Metropolitano Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte, realização das obras de implantação, obras de ampliação e a prestação de serviços pela Sociedade e atividades correlatas, além da exploração de fontes de receitas acessórias. Entretanto, o Contrato de Concessão ainda não foi assinado, não estando, portanto, em eficácia.

SuperVia Concessionária de Transporte Ferroviário S.A. (SuperVia)

A SuperVia é detentora de direitos e obrigações decorrentes da concessão para a prestação de serviços de transporte ferroviário de passageiros na região metropolitana do Rio de Janeiro e para execução dos investimentos contemplados no Contrato de Concessão e aditamentos posteriores, no que lhe foi outorgado, em caráter exclusivo, pelo prazo de 25 anos, renovável por igual período. As operações da SuperVia foram iniciadas em 1º de novembro de 1998 e abrangem cinco grandes linhas ferroviárias metropolitanas e 270 quilômetros de vias permanentes.

Em 29 de novembro de 2010, foi assinado o Oitavo Aditivo ao Contrato de Concessão mencionado anteriormente, prorrogando o prazo até o dia 31 de outubro de 2048. A prorrogação do prazo, fixado acima, subordina-se a condição resolutiva consubstanciada na execução pela SuperVia dos investimentos assumidos até 31 de outubro de 2020 (Nota nº 23).

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A. (VLT-GO)

Contrato de Parceria Público-Privada na modalidade Concessão Patrocinada firmado em 21 de fevereiro de 2014 entre o Estado de Goiás, vinculado à Secretaria de Estado de Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos e a Concessionária Mobilidade Anhanguera para prestação de serviços, incluindo implantação, operação e manutenção do sistema de Veículos Leves Sobre Trilhos (VLT), no eixo Anhanguera, pelo prazo de 35 anos, contados a partir da ocorrência das condições de eficácia estabelecidas no contrato assinado em 31 de março de 2014. A concessão será explorada mediante a cobrança de tarifa dos usuários. Adicionalmente, a VLT-GO faz jus ao recebimento de aporte e contraprestação pecuniária.

Concessionária do VLT Carioca S.A. (VLT-RJ)

Contrato de Parceria Público-Privada na modalidade Concessão Patrocinada firmado em 07 de maio de 2013, entre o Município do Rio de Janeiro e o VLT-RJ para prestação de serviços, incluindo a realização de obras e fornecimento da rede prioritária, visando à implantação, operação e manutenção do sistema de Veículos Leves Sobre Trilhos (VLT) na região portuária e central do Rio de Janeiro pelo prazo de 25 anos, contados da emissão de ordem de início pelo Poder Concedente.

A concessão está sendo explorada mediante a cobrança de tarifa dos usuários. Adicionalmente, a VLT-RJ fará jus ao recebimento de aporte e contraprestação pecuniária.

Concessionária Move São Paulo S.A. (Move SP)

Contrato de Concessão Patrocinada firmado em 18 de dezembro de 2013 entre o Estado de São Paulo, pela STM e a Move SP para a prestação de serviços públicos de transportes de passageiros da linha 6 – Laranja de metrô de São Paulo, incluindo a implantação das obras civis e sistemas, fornecimento do material rodante, operação, conservação, manutenção e expansão.

A Linha 6 - Laranja integrará o sistema metro ferroviário da Região Metropolitana de São Paulo e compreende uma linha com 15,3 km de extensão no trecho Brasilândia- São Joaquim, abrangendo 15 estações enterradas. A concessão patrocinada contempla as fases de implantação da infraestrutura, com prazo máximo de 06 anos e de operação, conservação e manutenção dos serviços e eventual expansão, com prazo mínimo de 19 anos, limitado ao prazo de concessão de 25 anos. O prazo de vigência somente se iniciará com a Declaração de Início do Prazo de Vigência da Concessão, emitida após concluídas as obrigações do Poder Concedente previstas na Etapa Preliminar.

Em 24 de janeiro de 2018, Move SP ingressou com processo de pedido judicial de rescisão do Contrato de Concessão e, em 12 de março de 2018, foi iniciado o processo de caducidade do Contrato de Concessão por parte do Poder Concedente, a partir da notificação da Secretária de Estado dos Transportes Metropolitanos. Na sequência, iniciou-se o processo de arbitragem e, em 13 de dezembro de 2018, foi declarada a caducidade com eficácia a partir de agosto de 2019.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em decorrência da caducidade, as seguradoras contratadas para o seguro “*Performance Bond*”, no qual a Companhia garante 4,8%, receberam aviso de sinistro e estão discutindo com o Governo de que a sua execução deve aguardar o resultado da arbitragem, quando haverá a definição do valor de indenização devido à Move São Paulo.

Agrovia do Nordeste S.A. (Agrovia)

A Agrovia firmou Contrato de Arrendamento que transferiu a titularidade de todos os direitos e obrigações da construção e exploração do terminal açucareiro na Zona Industrial Portuária (ZIP) de Suape para implantação do Terminal Açucareiro para movimentação e armazenagem de açúcar à granel e em sacos, nas atividades de exportação, importação e cabotagem. O arrendamento tem o prazo de 25 anos a partir da data do início da operação, em 2016, podendo ser prorrogado por mais 25 anos.

- (f) As presentes demonstrações contábeis foram autorizadas pela Diretoria da Companhia em 14 de março de 2019.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos, que é ajustado para refletir a mensuração do valor justo em determinados ativos e passivos financeiros.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para essas demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota nº 3.

Conforme descrito na Nota nº 1, a Administração vem avaliando a capacidade da Companhia em continuar operando e está implementando ações para reestabelecer seu equilíbrio econômico-financeiro, de modo que a Companhia possua recursos para dar continuidade a seus negócios. Portanto, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas com base nesse pressuposto.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei nº 6.404/76 e ajustes posteriores, e das normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e estão sendo publicadas juntamente com as demonstrações contábeis consolidadas.

Nas demonstrações contábeis individuais, as controladas e coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.2 Demonstrações contábeis consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as normas emitidas pelo CPC. Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e estas correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Companhias consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem as seguintes entidades em 31 de dezembro:

Companhias consolidadas diretamente	País	Participação no capital social(%)	
		2018	2017
Liquiport Vila Velha S.A. ("Liquiport") (ii)	Brasil	100,00	100,00
Concessionária Rota do Horizonte S.A. ("CRH")	Brasil	60,00	60,00
Woodhollow Participações S.A. ("Woodhollow")	Brasil	100,00	100,00
Odebrecht Rodovias S.A. ("ODBR")	Brasil	100,00	100,00
Odebrecht TransPort Mobilidade Urbana S.A. ("OTPMU") (i)	Brasil	-	100,00
Agrovia do Nordeste S.A. ("Agrovia")	Brasil	94,08	92,54
Odebrecht Mobilidade S.A. ("OM")	Brasil	60,00	-
Companhias consolidadas indiretamente			
Rio Trens Corporation ("RTC") (ii)	Ilhas Cayman	36,00	36,00
Rio Trens Participações S.A. ("RTP") (ii)	Brasil	36,00	36,00
SuperVia Concessionária de Transportes Ferroviários S.A. ("SuperVia") (ii)	Brasil	36,00	36,00
Concessionária Mobilidade Anhanguera S.A. ("VLT GO")	Brasil	54,00	54,00
Concessionária Rota dos Coqueiros S.A. ("CRC")	Brasil	74,13	74,13
Concessionária Rota das Bandeiras S.A. ("CRB") (ii)	Brasil	100,00	100,00
Concessionário Rota do Oeste S.A. ("CRO")	Brasil	100,00	100,00
Odebrecht Mobilidade S.A.	Brasil	-	60,00
OM Linha 6 Participações S.A. ("OM Linha6")	Brasil	42,00	42,00
F.L.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações S.A.	Brasil	36,00	36,00
SC Empreendimentos e Participações S.A.	Brasil	36,00	36,00
Teleféricos do Rio de Janeiro S.A.	Brasil	36,00	36,00
Hotel Central S.A.	Brasil	36,00	36,00
Entidade de propósito específico ("EPE")			
Fundo Caixa Atlântico	Brasil	89,35	80,16

(i) Empresa incorporada pela Companhia (Nota nº 1);

(ii) A participação nessas empresas está mantida para negociação e os valores estão apresentados em "Ativos não circulante mantidos para negociação" e "Passivo relacionados aos ativos não circulante mantidos para negociação", cujos efeitos estão apresentados na Nota nº 10.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual cada empresa atua (“a moeda funcional”). A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real. A única controlada que adota moeda funcional diferente é a RTC, cuja moeda utilizada é o Dólar.

2.4 Credor pela aquisição da concessão

Os credores pela concessão e representam as obrigações a pagar pelo direito de explorar a concessão e são registrados no passivo circulante e não circulante, inicialmente ao valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado.

2.5 Benefícios a empregados – participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*). O Grupo não possui benefícios pós emprego.

2.6 Reconhecimento de receita

(a) Receitas de serviços

Pedágio de rodovias

As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas, com base na passagem dos clientes pelas praças de pedágio e compreende o valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

(b) Receitas de construção

A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos na formação da infraestrutura de cada contrato e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento na formação do seu ativo intangível, presente nos contratos de concessões públicas, já que o Grupo adota como prática a terceirização dos serviços de construção, com riscos de construção assegurados nos contratos de prestação de serviços e por seguros específicos de construção.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A receita de construção é determinada e reconhecida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber em virtude dos serviços prestados ou melhorias, por referência ao estágio de conclusão da construção. O método de custo acrescido de margem, varia de 0% a 1,0% nas empresas do Grupo. Logo, receita de construção é reconhecida sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão.

2.7 Adoção de novas normas contábeis

Os seguintes novos pronunciamentos foram adotadas a partir de 1º de janeiro de 2018:

(a) IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros:

(i) Classificação e mensuração

O IFRS 9/CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38/IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo por meio do Resultado (VJR).

De modo geral, a classificação de ativos financeiros deve ser baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O IFRS 9/CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38/IAS 39 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o IFRS 9/CPC 48, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A partir de janeiro de 2018, conforme apresentado a seguir, os efeitos da aplicação do IFRS 9/CPC 48 residem na alteração das categorias de mensuração para cada classe de ativos financeiros, não tendo efeito significativo na classificação dos passivos financeiros, e ainda, no exercício de 2018, a Companhia e suas controladas não possuíam instrumentos financeiros derivativos:

	Controladora		Consolidado	
	Classificação anterior CPC 38 (IAS 39)	Classificação atual CPC 48 (IFRS 9)	Classificação anterior CPC 38 (IAS 39)	Classificação atual CPC 48 (IFRS 9)
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa				
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Partes relacionadas	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Ativos ao valor justo por meio de resultado	Ativos ao valor justo por meio de resultado
Outros ativos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Aplicações financeiras			Ativos ao valor justo por meio de resultado	Ativos ao valor justo por meio de resultado
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Outros ativos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	Outros passivos	Outros passivos	Outros passivos	Outros passivos
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Outros passivos	Outros passivos	Outros passivos
Debêntures	Outros passivos	Outros passivos	Outros passivos	Outros passivos
Partes relacionadas	Outros passivos	Outros passivos	Outros passivos	Outros passivos
Outros passivos	Outros passivos	Outros passivos	Outros passivos	Outros passivos
Não circulante				
Debêntures e empréstimos	Outros passivos	Outros passivos	Outros passivos	Outros passivos
Partes relacionadas	Outros passivos	Outros passivos	Outros passivos	Outros passivos
Fornecedores	Outros passivos	Outros passivos	Outros passivos	Outros passivos

(ii) **Impairment de ativos financeiros**

O IFRS 9/CPC 48 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38/IAS 39 por um modelo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais.

A partir de janeiro de 2018, a Companhia e suas controladas aplicaram os requisitos de redução ao valor recuperável do IFRS 9/CPC 48 e não houve a necessidade de constituição da perda esperada de crédito nem de qualquer provisão adicional para redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2018.

(b) **IFRS 15/CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente:**

IFRS 15/CPC 47: substituiu as atuais normas para o reconhecimento de receitas, o CPC 30 (R1)/IAS 18 (IASB – BV 2012) – Receitas e o CPC 17 (R1)/IAS 11 – Contratos de Construção e interpretações e orientações técnicas relacionadas.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O IFRS 15/CPC 47 estabeleceu um modelo de cinco etapas para avaliação, determinação e reconhecimento de receitas decorrentes de contratos com clientes, considerando que a receita somente será reconhecida quando o cliente obtiver o controle dos bens ou serviços, podendo ser em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo, consoante cada contrato e obrigação de desempenho com cliente, e por um valor que reflita a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia e suas controladas adotaram o IFRS 15/CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018. Como resultado, não teve impacto significativo na prática contábil atual de avaliação, apuração e reconhecimento das receitas (CPC 30 (R1)/IAS 18 e CPC 17 (R1)/IAS 11), relacionadas com os serviços aos usuários e os serviços de construção e melhoria da infraestrutura do contrato de concessão, sendo esta última reconhecida historicamente com base na ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 e OCPC 05 – Contratos Concessão. Também não houve alterações nas receitas acessórias.

2.8 Normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes principais novas normas foram emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) mas não estão em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC):

- IFRS 16/CPC 06 (R2) – “Operações de Arrendamento Mercantil” – com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substituiu o IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações. A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC relevantes que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Estimativas e julgamentos críticos são aqueles que requerem os julgamentos mais difíceis, subjetivos ou complexos por parte da Administração, frequentemente como resultado da necessidade de fazer estimativas que têm impacto sobre questões que são inerentemente incertas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem ser distintos dos planejados em função de diferenças nas variáveis, premissas ou condições usadas nas estimativas.

Há uma série de outras estimativas que são feitas pela Companhia e suas controladas e que estão apresentadas nas notas explicativas relacionadas, a exemplo da provisão para devedores duvidosos e provisão para reparação de danos ambientais.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia e suas controladas formam seus julgamentos sobre eventos futuros, as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas críticas estão incluídas a seguir:

(a) Perda (*impairment*) estimada de ativos

O Grupo verifica se há evidência objetiva de que um ativo ou o grupo de ativos está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do grupo de ativos que pode ser estimado de maneira confiável. Para investimentos em títulos patrimoniais, um significativo ou prolongado declínio no seu valor justo, abaixo do seu custo, é também uma evidência de que esses ativos estão deteriorados.

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*) de seus ativos não financeiros. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em premissas derivadas de condições de mercado existentes na data do balanço para ativos não circulantes mantidos para negociação e no cálculo do valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas haviam registrado perdas por *impairment* relativas a: (i) investimentos nas controladas CRO – R\$ 318.192 (2017 – R\$ 349.918) e Agrovía – R\$ 7.544 (Nota nº 17); (ii) investimento nas controladas em conjunto e coligadas CRA – R\$ 13.925, CBN – R\$ 22.048, Move SP – R\$ 68.000 (2017: Logum – R\$ 229.328 e Move SP – R\$ 47.974) (Nota nº 11(iv)); (iii) ativo imobilizada da Woodhollow – R\$ 5.253 (Nota nº 12); e (iv) *impairment* de ativos não circulantes mantidos para negociação, no montante de R\$ 226.693 (2017 – R\$ 44.280) (Nota nº 10 (ii)).

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. As informações sobre imposto de renda e contribuição social diferidas estão apresentadas na Nota nº 15.

(c) Reconhecimento de margem da receita de construção

Na apuração do valor justo da margem da receita de construção as controladas utilizam o custo total incorrido, mais margem de lucro, quando aplicável, com base nos custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, apurada pela combinação dos custos de supervisão, risco do negócio e gerenciamento dos subcontratados.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros dos ativos sejam consumidos ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. Caso não seja possível estimar os benefícios econômicos futuros, a amortização é feita de forma linear.

As controladas reconhecem o efeito da amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão através da projeção de curva de demanda (tráfego/passageiros), limitado ao prazo final da respectiva concessão. A Administração reconhece que essa é a melhor estimativa para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo essa estimativa também utilizada pelas principais empresas do segmento. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

(e) Provisões cíveis, trabalhistas e previdenciárias

A Companhia e suas controladas estimam e atualizam as provisões para as perdas prováveis com base no histórico de desfechos em seus processos e na taxa média de êxito, calculada em conjunto e com amparo da opinião de seus consultores legais externos.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

(a) Considerações gerais

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de liquidez, risco cambial, risco de crédito e exposição a risco de taxa de juros. A gestão de risco do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia e suas controladas.

A gestão de risco realizada pela Companhia é pautada pela identificação, mensuração e mitigação dos riscos mapeados para todos os negócios do Grupo.

(b) Gerenciamentos de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais; a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e preços, e ao risco de crédito decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia e suas controladas adotam procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos de manutenção de caixa mínimo e acompanhamento do mercado financeiro, buscando minimizar a exposição de seus ativos e passivos, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo Grupo, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de assegurar a liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

(d) Risco de crédito

As operações que sujeitam a Companhia e suas controladas à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde ficam expostas ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, o Grupo mantém contas correntes bancárias com instituições financeiras consideradas pela Administração como de primeira linha. Segundo avaliação da Administração da controlada SuperVia, há um risco de crédito substancialmente derivado da possibilidade do Governo do Estado do Rio de Janeiro não honrar seus compromissos. A investida monitora esses recebíveis frequentemente.

(e) Risco cambial

A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao risco cambial decorrente de exposições ao dólar norte-americano.

A Companhia e suas controladas administram sua exposição às taxas de câmbio através da composição entre fluxo de caixa em moedas estrangeiras, dívida em moedas estrangeiras, aplicações em moedas estrangeiras e derivativos. A política da Companhia e suas controladas para gestão de riscos cambiais prevê limites máximos e mínimos de cobertura que devem ser obedecidos, os quais são observados continuamente pela administração.

(f) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de que uma variação de taxas de juros cause um aumento ou diminuição na sua despesa ou receita financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita à variação da taxa da Taxa de Juros de Longo Prazo (“TJLP”), do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) e do Certificado de Depósito Bancário (“CDI”).

As controladas também estão expostas ao risco de variação de índices de preço nas receitas onde as tarifas concessionadas são reajustadas pelo IPCA em sua maioria.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.2 Gestão de capital – Consolidado

Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia e suas controladas monitoram o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida, dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim sumariados:

	Notas	2018	2017
Total dos empréstimos, financiamentos e debêntures	14	2.892.364	6.068.685
Caixa e equivalentes de caixa	6	(102.963)	(649.429)
Aplicações financeiras	7	(54.951)	(246.979)
Dívida líquida		2.734.450	5.172.277
Total do patrimônio líquido		1.105.968	1.660.476
Total do capital próprio e de terceiros		3.840.418	6.832.753
Índice de alavancagem financeira - %		71	76

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5 Instrumentos financeiros por categoria

Abaixo, apresentamos a segregação dos instrumentos financeiros consolidados, por categoria:

	Notas	Ativos ao valor justo por meio do resultado		Ativos mensurados ao custo amortizado	
		2018	2017	2018	2017
Ativos, conforme balanço patrimonial		(Reapresentado)		(Reapresentado)	
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	-	102.963	649.429
Aplicações financeiras	7	54.951	246.979	-	-
Contas a receber	8	22.504	297.517	-	-
Partes relacionadas	-	-	-	142.372	121.192
Outros ativos	-	-	-	25.556	77.207
		77.455	544.496	270.891	847.828
				Ativos mensurados ao custo amortizado	
				2018	2017
Passivo, conforme o balanço patrimonial				(Reapresentado)	
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14			2.892.364	6.068.685
Fornecedores	-			92.123	414.430
Outras obrigações, excluindo obrigações legais	-			123.198	128.983
Credor pela aquisição de concessão	-			-	18.878
				3.107.685	6.630.976

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Recursos em bancos e em caixa	756	38	12.727	95.650
Aplicações financeiras (a)	22.582	74.496	90.236	553.779
	23.338	74.534	102.963	649.429

- (a) Parte do saldo das aplicações financeiras da Companhia e suas controladas está aplicado no Fundo Atlântico, sendo aplicações de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa, remuneradas entre 75% a 102% do CDI (2017 - 85% a 101% do CDI). O Fundo Atlântico destina-se exclusivamente a investimentos da Companhia e suas investidas.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Aplicações financeiras (a)	-	26.542	25.224	96.588
Caixa restrito (b)	18.688	16.313	29.727	150.391
	18.688	42.855	54.951	246.979
Ativo circulante	-	26.542	25.224	126.145
Ativo não circulante	18.688	16.313	29.727	120.834

- (a) As aplicações financeiras incluem operações compromissadas da CRO, no montante de R\$ 25.224, referem-se à compra de títulos com compromisso de revenda em data futura, onde parte está aplicado no Fundo Atlântico, com rentabilidade ou parâmetro de remuneração estabelecidos na data de contratação, ou seja, são aplicações financeiras, com lastro em títulos públicos federais, sendo realizadas sempre com instituições financeiras, remuneradas entre 100% a 102% do CDI;
- (b) A Companhia, a OM e a CRC, por exigência de contratos de financiamento, têm a necessidade de manter saldo de aplicação financeira, condicionado a resgates exclusivos, para o pagamento de parcelas do financiamento, sendo que o saldo deve ser suficiente para fazer face aos juros a incorrer nos próximos 06 meses.

8 Contas a receber

	Consolidado	
	2018	2017
Contas a receber do Estado do Rio de Janeiro/ Flumitrens (a) (i)	-	199.706
Meios de pagamentos eletrônicos (b) (i)	17.151	62.741
Espaços publicitários e comerciais (c) (i)	-	11.747
Outros	5.353	23.323
	22.504	297.517
Ativo circulante	22.272	163.363
Ativo não circulante	232	134.154

- (a) No exercício de 2017, o saldo era representado principalmente por valores a receber da SuperVia pela prestação de serviços de operação no sistema Teleférico, gratuidade para estudantes e portadores de necessidades especiais e valores decorrentes de processos trabalhistas e cíveis que estão sendo reembolsados pelo Estado do Rio de Janeiro, conforme previsto no 6º Aditivo ao Contrato de Concessão;
- (b) Em 31 de dezembro de 2018, o saldo é representado por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágios de CRO e CRC, no exercício de 2017 esse saldo era representado pelas CRB, CRO e CRC;

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (c) No exercício de 2017, os valores a receber decorrentes de direito de passagem pela malha ferroviária, e aluguel de imobiliário e aluguel de espaço publicitário da SuperVia;
- (i) Em 2018, a ODBR e a Companhia iniciaram negociações para a venda de sua participação na CRB e RTC e suas controladas, portanto os saldos de contas a receber dessas empresas estão apresentados na rubrica Ativos não circulantes mantidos para negociação (Nota nº 10).

9 Partes relacionadas

Composição

	Controladora				Consolidado				
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo não circulante	Transações	Ativos não circulante mantidos para negociação (Nota 10)	Ativo não circulante	Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para negociação (Nota 10)	Passivo não circulante	Transações
Odebrecht Engenharia e Construção S.A. ("OEC") (a)	-	-	-	-	-	-	-	-	(251)
CRB (b)	4.309	399.333	-	61.591	-	-	-	-	-
CRA (b)	-	44.027	-	3.423	-	44.028	-	-	3.423
VLT RJ (b)	-	-	-	-	118.317	-	-	-	-
CRO (b)	-	49.819	-	3.730	-	-	-	-	-
OM	-	-	-	(81)	-	-	-	-	-
Move SP (c)	-	-	-	-	-	98.344	-	-	-
ODB	-	-	-	-	-	-	7.210	-	-
Construtora Norberto Odebrecht S.A. ("CNO")	-	-	-	(6.474)	-	-	-	-	(7.461)
Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A. ("OECI")	-	-	-	-	-	-	-	-	(25.043)
31 de dezembro de 2018	4.309	493.179	-	62.189	118.317	142.372	7.210	30	(29.332)
31 de dezembro de 2017	50.147	423.835	2.076	53.360	-	121.192	-	6.625	26.016

- (a) Refere-se a prestação de serviços de construção e rateio e repasse de aluguéis e despesas com serviços compartilhados (apoio financeiro e tecnologia da informação);
- (b) Referem-se a operações de mútuos remunerados a taxas de mercado;
- (c) As instituições financeiras relacionadas aos empréstimos contraídos pela investida indireta Concessionária Move São Paulo S.A. ("Move SP") executaram a garantia financeira compartilhada, cedida pela OM de forma proporcional, no montante de R\$ 55.754, e exigiram o pagamento parcial dos empréstimos, pela OM, no montante de R\$ 42.590, concedendo em contrapartida, um período de inação, com a não execução das demais garantias prestadas à quitação dos referidos empréstimos até março de 2019. O montante total de R\$ 98.344 pago pela OM será ressarcido pela Move SP, nos termos do Artigo 346 a 351 da Lei nº 10.406/2002, diante do recebimento da indenização pelo Poder Concedente do Governo do Estado de São Paulo, decorrente da extinção do contrato de concessão da Move SP, conforme o previsto na Lei nº 8.987/1995.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Ativos não circulantes mantidos para negociação – consolidado

Os resultados dos ativos não circulantes mantidos para negociação estão apresentados na rubrica “Operações em negociação” na demonstração do resultado e a participação da Companhia nos ativos e passivos estão apresentados nas rubricas “Ativos não circulantes mantidos para negociação” e “Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para negociação” no balanço patrimonial, cujas classes estão detalhadas nos itens (i) e (ii), a seguir.

A Administração da Companhia iniciou negociações para a venda de sua participação indireta na CRB e RTC e estima que sua efetivação ocorra no transcurso de 2019. Além desses ativos, a Companhia permanece empenhada na alienação da Liquiport cuja alienação está prevista para o primeiro semestre de 2019.

Juntamente com a participação societária da RTC, estão em negociação a alienação de determinados créditos e recebíveis, incluindo mútuos com partes relacionadas, remuneração de gastos garantia e reembolso de gastos relacionados a Procedimento de Manifestação de Reembolso (“PMI”).

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Saldo patrimonial em 31 de dezembro

Ativo	2018						2017			
	OTP	OM	RTC	Liquiport	CRB	Eliminações	Total	Liquiport	SuperVia	Total
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	21.954	1.159	317.994	-	341.107	1.159	-	1.159
Aplicações financeiras	-	-	77.987	-	-	-	77.987	-	-	-
Contas a receber	-	-	108.846	30	43.371	18	152.265	30	-	30
Tributos a recuperar	-	-	1.671	65	12.455	-	14.191	65	-	65
Outros ativos	-	-	50.852	245	6.011	-	57.108	245	-	245
	-	-	261.310	1.499	379.831	18	642.658	1.499	-	1.499
Realizável a longo prazo										
Aplicações financeiras	-	-	-	-	16.074	-	16.074	-	-	-
Contas a receber	-	-	228.998	-	-	-	228.998	-	-	-
Partes relacionadas	55.652	346.339	-	-	-	(283.674)	118.317	-	-	-
Depósitos judiciais	-	-	17.637	-	39.122	-	56.759	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	-	-	179.906	-	141.201	-	321.107	-	-	-
Outros ativos	-	-	-	58	1.012	-	1.070	58	-	58
	55.652	346.339	426.541	58	197.409	(283.674)	742.325	58	-	58
Investimento	76.757	397.503	-	-	-	(700.953)	(226.693)	-	-	-
Imobilizado	-	-	-	24.810	5.682	-	30.492	24.810	29.712	54.522
Intangível	-	-	2.280.019	2.267	2.942.745	9.267	5.234.298	2.267	-	2.267
Total do ativo	132.409	743.842	2.967.870	28.634	3.525.667	(975.342)	6.423.080	28.634	29.712	58.346
Passivo e patrimônio líquido										
Empréstimos, financiamentos e debênt	-	-	115.679	1.822	248.763	-	366.264	1.822	-	1.822
Fornecedores	-	-	141.335	113	112.170	-	253.618	113	-	113
Partes relacionadas	-	-	224.110	-	4.309	(228.419)	-	-	-	-
Obrigações sociais e trabalhistas	-	-	24.909	270	9.156	-	34.335	270	-	270
Credor pela aquisição da concessão	-	-	4.810	-	905	-	5.715	-	-	-
Impostos, taxas e contribuições sociais	-	-	8.328	114	8.278	-	16.720	114	-	114
Outros passivos	-	-	22.172	190	7.904	-	30.266	190	-	190
	-	-	541.343	2.509	391.485	(228.419)	706.918	2.509	-	2.509
Empréstimos, financiamentos e debênt	-	-	1.194.708	8.054	1.685.769	-	2.888.531	8.054	-	8.054
Fornecedores	-	-	115.967	-	107.146	-	223.113	-	-	-
Partes relacionadas	-	-	60.385	-	399.334	(452.509)	7.210	-	-	-
Credor pela aquisição da concessão	-	-	16.075	-	-	-	16.075	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	-	-	330.828	7.327	-	-	338.155	7.327	-	7.327
Provisões cíveis, trabalhistas e previdenc	-	-	-	-	6.073	-	6.073	-	-	-
Outros passivos	-	-	61.506	13	91.335	-	152.854	13	-	13
	-	-	1.779.469	15.394	2.289.657	(452.509)	3.632.011	15.394	-	15.394
Capital Social	-	-	-	1.252	-	-	1.252	1.252	-	1.252
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	13.332	-	-	13.332	13.332	-	13.332
Prejuízo acumulado	-	-	-	(3.853)	-	-	(3.853)	(3.853)	-	(3.853)
	-	-	-	10.731	-	-	10.731	10.731	-	10.731
Patrimônio líquido não controladores	-	-	-	-	-	258.823	258.823	-	-	-
Total do passivo e patrimônio líquido	-	-	2.320.812	28.634	2.681.142	(422.105)	4.608.483	28.634	-	28.634

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Demonstração dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro

	2018					2017								
	OTP	OM	RTC	CRB	Eliminações	Total	OTP	OTPP	ODBR	Liquiport	RTC	CRB	Eliminações	Total
Operações continuadas														
Receita líquida	-	-	750.496	869.632	-	1.620.128	-	-	-	3.591	752.535	859.356	-	1.615.482
Custo dos serviços prestados	-	-	(494.089)	(525.532)	151	(1.019.470)	-	-	-	(1.075)	(490.656)	(472.220)	-	(963.951)
Lucro bruto	-	-	256.407	344.100	151	600.658	-	-	-	2.516	261.879	387.136	-	651.531
Despesas gerais e administrativas	-	-	(109.815)	(27.465)	-	(137.280)	-	-	-	(1.113)	(96.485)	(53.153)	-	(150.751)
Resultado operacional	-	-	146.592	316.635	151	463.378	-	-	-	1.403	165.394	333.983	-	500.780
Equivalência patrimonial	-	8.544	-	-	(8.544)	-	43.183	-	-	-	-	-	(532)	42.651
Alienação de investimentos	-	-	-	-	-	-	49.990	137.893	(61.467)	-	-	-	-	126.416
Impairment (perdas ao valor recuperável de ativos)	(226.693)	-	-	-	-	(226.693)	(44.280)	-	-	-	-	-	-	(44.280)
Resultado financeiro líquido	-	-	(122.945)	(295.227)	87.908	(330.264)	-	-	-	(650)	(135.522)	(238.798)	-	(374.970)
Resultado antes do impostos	(226.693)	8.544	23.647	21.408	79.515	(93.579)	48.893	137.893	(61.467)	753	29.872	95.185	(532)	250.597
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	(9.408)	(7.489)	-	(16.897)	-	(26.135)	-	(221)	(13.953)	(28.152)	-	(68.461)
Lucro (prejuízo) do exercício	(226.693)	8.544	14.239	13.919	79.515	(110.476)	48.893	111.758	(61.467)	532	15.919	67.033	(532)	182.136

Em 2018, foi reconhecido impairment de R\$ 226.693 decorrente dos ativos mantidos para negociação de RTC, e em 2017 R\$ 44.280 de Liquiport e RJA.

Odebrecht TransPort S.A. e suas controladas

Notas explicativas da administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Demonstração do fluxo de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro

	2018							2017								
	OTP	OM	RTC	ODBR	CRB	Eliminações	Total	OTP	OTPP	OM	RTC	ODBR	CRB	Liquiport	Eliminações	Total
Fluxos de caixa das atividades operacionais																
Lucros (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(226.693)	8.544	23.647	13.919	21.407	65.598	(93.578)	48.893	137.893	(9.551)	29.871	(61.467)	83.622	753	20.583	250.597
Ajustes para reconciliação do prejuízo do exercício																
Depreciação e amortização	-	-	71.194	-	161.897	-	233.091	-	-	-	81.042	-	115.817	69	-	196.928
Juros e variações monetárias e cambiais, líquidas	-	-	122.945	-	294.757	(87.911)	329.791	-	-	-	136.125	-	273.010	-	7.894	417.029
Resultado de equivalência patrimonial	-	(8.544)	-	(13.919)	-	22.463	-	(43.183)	-	9.551	-	-	-	-	(9.019)	(42.651)
Provisão para contingências	-	-	19.764	-	5.338	-	25.102	-	-	-	-	-	-	121	-	121
Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	-	-	8	-	169	-	177	-	-	-	-	-	31.587	-	-	31.587
Alienação de investimentos	-	-	-	-	-	-	-	(49.990)	(137.893)	-	-	61.467	-	-	-	(126.416)
Perda por <i>impairment</i> nos investimentos	226.693	-	-	-	-	-	226.693	44.280	-	-	-	-	-	-	-	44.280
Outros	-	-	-	-	23.218	-	23.218	-	-	-	1.832	-	21.935	-	-	23.767
	226.693	(8.544)	213.911	(13.919)	485.379	(65.448)	838.072	(48.893)	(137.893)	9.551	218.999	61.467	442.470	69	(1.125)	544.645
Variação nos ativos e passivos																
	-	-	(15.189)	-	34.958	-	19.769	-	-	-	(75.861)	-	21.489	(126)	-	(54.498)
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações																
	-	-	222.369	-	541.744	150	764.263	-	-	-	173.009	-	547.581	696	19.458	740.744
Juros pagos	-	-	(108.757)	-	(251.333)	-	(360.090)	-	-	-	(118.852)	-	(248.733)	-	-	(367.585)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	-	-	(2.634)	-	(2.634)	-	-	-	(137)	-	(5.904)	-	-	(6.041)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais																
	-	-	113.612	-	287.777	150	401.539	-	-	-	54.020	-	292.944	696	19.458	367.118
Fluxos de caixa das atividades de investimentos																
Adições ao imobilizado	-	-	-	-	(1.329)	-	(1.329)	-	-	-	-	-	(1.597)	-	-	(1,597)
Adições ao intangível	-	-	(64.695)	-	(209.454)	-	(274.149)	-	-	-	(55.524)	-	(119.392)	3	-	(174,913)
Adições ao investimento	-	-	-	-	-	-	-	(462)	-	-	-	-	(36,877)	-	-	(37,339)
Aplicações financeiras	-	-	-	-	31,837	-	31,837	-	-	-	20	-	-	-	-	20
Alienação de investimentos	-	-	-	-	-	-	-	131,532	173,162	-	-	20,767	-	-	-	325,461
	-	-	(64,695)	-	(178,946)	-	(243,641)	131,070	173,162	-	(55,504)	20,767	(157,866)	3	-	111,632
Fluxos de caixa das atividades de financiamento																
Amortização de empréstimos	-	-	(62,015)	-	-	-	(62,015)	-	-	-	(56,887)	-	(123,633)	(1,209)	-	(181,729)
Captações de empréstimos	-	-	1,840	-	(129,681)	-	(127,841)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Recursos recebidos	-	-	8,663	-	-	(8,500)	163	-	-	-	31,500	-	-	-	(31,500)	-
Pagamento de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10,000)	-	10,000	-
Aumento de capital social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	(51,512)	-	(129,681)	(8,500)	(189,693)	-	-	-	(25,387)	-	(133,633)	(1,209)	(21,500)	(181,729)
Efeito de caixa das empresas excluídas na consolidação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1,159)	-	(1,159)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos																
	-	-	(2,595)	-	(20,850)	(8,350)	(31,795)	131,070	173,162	-	(26,871)	20,767	1,445	(1,669)	(2,042)	297,021
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-	24,549	-	338,844	-	363,393	-	-	-	51,420	-	337,399	1,669	-	390,488
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	-	-	21,954	-	317,994	-	339,948	-	-	-	24,549	-	338,844	-	-	363,393

Odebrecht TransPort S.A. e sua controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Investimentos

(i) Informações sobre as investidas – Controladora

	Quantidade de ações possuídas		Participação direta (%)		Patrimônio líquido		Lucro líquido (prejuízo) do exercício	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Odebrecht TransPort Participações S.A.	-	-	-	-	-	-	-	122.182
Odebrecht TransPort Mobilidade Urbana S.A. (*)	-	361.985.636	-	100,00	-	532.186	1.831	(11.302)
Odebrecht Mobilidade S.A.	357.349.650	-	60,00	-	928.372	-	12.989	-
Logum Logística S.A. ("Logum") (**)	-	2.798.713.392	-	20,00	-	625.741	-	(84.125)
Odebrecht Comercializadora de Energia S.A. ("OCE") (**)	-	2.247.000	-	20,00	-	5.178	-	74
Odebrecht Rodovias S.A.	1.251.145.725	1.251.145.725	100,00	100,00	726.282	853.119	(126.840)	(195.887)
Woodhollow Participações S.A.	17.702.248	17.702.248	100,00	100,00	150	17.702	(17.552)	-
Concessionária Rota das Horizontes S.A.	600.000	600.000	60,00	60,00	5.525	5.356	168	271
Agrovia do Nordeste S.A.	43.400.198	31.832.447	94,08	92,54	12.637	23.472	(19.835)	(9.823)

(*) Empresa incorporada pela Companhia durante o exercício de 2018 (Nota nº 1);

(**) Empresa alienada pela Companhia durante o exercício de 2018 (Nota nº 1);

(***) Empresas extinta durante o exercício de 2018 (Nota nº 1).

Odebrecht TransPort S.A. e sua controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas
em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Movimentação dos investimentos – Controladora

Investidas	Saldo no início do exercício	Adições	Baixas	Movimentações societárias das investidas (*)	Impairment	Reclassificação (**)	Resultado com ativos mantidos para negociação	Equivalência patrimonial	Ajustes de avaliação patrimonial	Dividendos	Saldo no final do exercício
Odebrecht TransPort Mobilidade Urbana S.A.	541.925	-	-	(551.061)	7.207	-	-	1.831	98	-	-
Odebrecht Mobilidade S.A.	-	-	-	551.061	-	(303.451)	-	5.962	-	-	253.572
Odebrecht Comercializadora de Energia S.A.	1.036	-	(1.027)	-	-	-	-	(9)	-	-	-
Logum Logística S.A.	9.914	22.880	(32.794)	-	-	-	-	-	-	-	-
Concessionária Litoral Norte S.A. ("CLN")	2.668	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.668
Concessionária Rota das Horizonte S.A.	3.214	-	-	-	-	-	-	101	-	-	3.315
Odebrecht Rodovias S.A.	853.119	-	-	-	-	-	-	(126.837)	-	-	726.282
Agrovia do Nordeste S.A.	21.721	9.000	-	-	(7.545)	-	-	(18.559)	(273)	-	4.344
Woodhollow Participações S.A.	17.702	-	-	-	-	-	-	(17.552)	-	-	150
31 de dezembro de 2018	1.451.299	31.880	(33.821)	-	(338)	(303.451)	-	(155.063)	(175)	-	990.331
31 de dezembro de 2017	1.866.248	167.492	(110.751)	(135.518)	(135.659)	(10.732)	532	(91.138)	825	(100.000)	1.451.299

(*) Em dezembro de 2018, a OTPMU foi incorporada pela Companhia, que passou a deter participação direta na OM;

(**) Em 2018, parcela do investimento na OM, que inclui a participação societária em RTC e créditos de recebíveis que foram reclassificados para “Ativos não circulantes mantidos para negociação”.

Odebrecht TransPort S.A. e sua controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Movimentação societárias – Controladora

Agrovia

Ao longo de 2018, a Companhia realizou aumentos de capital na controlada Agrovia no montante de R\$ 9.000, mediante a emissão de 9.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizado em moeda nacional corrente.

Logum

Ao longo de 2018, a Companhia realizou aportes de capital na Logum no montante de R\$ 22.880. Em dezembro de 2018, a participação da Companhia foi alienada (Nota nº 1).

(iv) Investimentos em controladas em conjunto e coligadas – Consolidado

	Consolidado	
	2018	2017
OCE (*)	-	1.036
Logum (**)	-	9.914
CLN	2.668	2.668
VLT-RJ	55.455	45.388
CRF (***)	-	3.015
CBN	118.476	134.734
CRA	7.012	28.026
Total dos investimentos	183.611	224.781

(*) Empresa extinta em 13 de abril de 2018 (Nota nº 1);

(**) Empresa alienada em 27 de dezembro de 2018 (Nota nº 1);

(***) Empresa extinta em 31 de janeiro de 2018 (Nota nº 1).

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas haviam registrado perdas por *impairment* relativas aos investimentos em CRA – R\$ 13.925, CBN R\$ 22.048 e Move SP – R\$ 68.000 (2017: Logum – R\$ 229.328 e Move SP R\$ 47.974).

Odebrecht TransPort S.A. e sua controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Imobilizado – Consolidado

Composição

	Terrenos	Obras/ projetos em andamento	Edificações e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos e embarcações	Outros	Total
Custo	9.103	49.420	17.907	28.571	1.974	9.889	105	116.969
Depreciação acumulada	-	-	(4.406)	(6.022)	(836)	(2.900)	(30)	(14.194)
Saldo em 1 de janeiro de 2017	9.103	49.420	13.501	22.549	1.138	6.989	75	102.775
Aquisições (*)	-	9.592	479	888	38	1.475	12	12.484
Baixas, líquidas de depreciação	-	-	(3)	(1)	(4)	(98)	-	(106)
Transferências	-	(59.012)	27.711	29.260	300	(129)	(1)	(1.871)
Reclassificação (**)	(3.700)	-	(3.404)	(17.744)	(23)	-	(10)	(24.881)
Depreciação	-	-	(1.200)	(2.328)	(287)	(1.792)	(13)	(5.620)
Saldo	5.403	-	37.084	32.624	1.162	6.445	63	82.781
Custo	5.403	-	39.747	38.846	2.351	10.613	82	97.042
Depreciação acumulada	-	-	(2.663)	(6.222)	(1.189)	(4.168)	(19)	(14.261)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	5.403	-	37.084	32.624	1.162	6.445	63	82.781
Aquisições (*)	-	-	45	392	150	2.028	-	2.615
Baixas, líquidas de depreciação	-	-	-	(13)	(179)	(305)	-	(497)
Impairment	(5.253)	-	-	-	-	-	-	(5.253)
Transferências	-	-	250	(250)	-	-	-	-
Reclassificação (***)	-	-	-	(1.182)	(283)	(5.669)	-	(7.134)
Depreciação	-	-	(1.827)	(3.668)	(184)	(358)	(13)	(6.050)
Saldo	150	-	35.552	27.903	666	2.141	50	66.462
Custo	150	-	38.333	36.392	1.672	4.215	82	80.844
Depreciação acumulada	-	-	(2.781)	(8.489)	(1.006)	(2.074)	(32)	(14.382)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	150	-	35.552	27.903	666	2.141	50	66.462
Taxas anuais de depreciação (%)		10	2 a 10	1,3 a 20	10	10 a 25	até 20	

(*) Apenas o montante de R\$ 2.615 (2017 – R\$ 4.285) relativas as adições impactaram no caixa;

(**) Referem-se aos saldos da controlada Liquiport que passaram a ser classificados na rubrica de ativos não circulantes mantidos para negociação (Nota nº 10);

(***) Referem-se aos saldos da controlada RTC e suas controladas e da CRB que passaram a ser classificados na rubrica de ativos não circulantes mantidos para negociação (Nota nº 10).

Odebrecht TransPort S.A. e sua controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Intangível – Consolidado

(i) Composição

	2018	2017
Direito de outorga da concessão (a)	-	1.086.378
Infraestrutura (a) (b)	1.850.265	5.791.523
Ágio sobre investimentos (a)	-	10.096
Outros (a)	597	31.957
	1.850.862	6.919.954

(a) Em 2018, a Companhia iniciou negociações para a venda de sua participação na CRB e RTC e suas controladas, portanto os saldos de Intangível dessas controladas passaram a ser apresentados na rubrica Ativos não circulantes mantidos para negociação (Nota nº 10).

(b) Infraestrutura

Representa o custo dos investimentos em bens reversíveis ao Poder Concedente, direcionados para a infraestrutura das concessões da CRB, da CRO e da SuperVia em 2017 e da CRO em 2018. O cálculo da parcela mensal, do consumo da infraestrutura, considerando os benefícios econômicos gerados, é reconhecido no resultado como amortização.

	2018		2017		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Taxas anuais de amortização
Edifícios e instalações	393.089	(7.657)	385.432	528.732	2% - 4%
Pavimentações e conservação especial	-	-	-	1.158.823	12,5%
Hardware equipamentos de pedágio	61.324	(3.962)	57.362	115.603	20%
Demais melhorias e aplicações	1.044.920	(55.124)	989.796	460.005	4%
Desapropriações	15.442	(1.101)	14.341	123.925	3,33%
Equipamentos de informática	333	(72)	261	10.280	20%
Ferramentas e aparelhos acessórios	23	-	23	252	20%
Ponte	70.120	(17.344)	52.776	121.460	3,33%
Rodovias	40.914	(8.616)	32.298	488.915	5%
Praça de pedágio	10.461	(2.267)	8.194	293.291	5%
Material rodante	-	-	-	534.314	8%
Máquinas e equipamentos	55	-	55	313.016	10%
Móveis e utensílios	1.030	(178)	852	5.705	10%
Obras em andamento	56.689	-	56.689	821.007	n/a
Veículos	16.668	(5.775)	10.893	11.919	20%
Meio ambiente e equipamentos de segurança	59.723	(3.186)	56.537	157.996	10%
Direito de acesso à infraestrutura	116.896	(5.191)	111.705	646.280	8% - 9%
	1.960.738	(110.473)	1.850.265	5.791.523	

Odebrecht TransPort S.A. e sua controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Movimentação

	Ágio sobre investimentos	Marcas e patentes	Infraestrutura	Direito de outorga	Software, direitos de uso e outros	Total
Custo	10.096	716	6.232.278	1.363.103	46.076	7.652.269
Amortização acumulada	-	(526)	(677.276)	(244.808)	(10.736)	(933.346)
Saldo em 1º de janeiro de 2017	10.096	190	5.555.002	1.118.295	35.340	6.718.923
Adições (*)	-	-	466.374	-	1.427	467.801
Baixas, líquidas de amortização	-	-	(32.159)	-	-	(32.159)
Reclassificação (**)	-	-	(7.288)	-	(2.067)	(9.355)
Amortização	-	(30)	(190.406)	(31.917)	(820)	(223.173)
Saldo	10.096	160	5.791.523	1.086.378	33.880	6.922.037
Custo	10.096	716	6.648.137	1.363.103	46.426	8.068.478
Amortização acumulada	-	(556)	(856.614)	(276.725)	(14.629)	(1.148.524)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	10.096	160	5.791.523	1.086.378	31.797	6.919.954
Adições	-	-	96.841	-	38	96.879
Baixas, líquidas de amortização	(10.096)	-	(1.232)	-	(12.499)	(23.827)
Reclassificação (***)	-	(160)	(3.999.272)	(1.086.378)	(18.529)	(5.104.339)
Amortização	-	-	(37.595)	-	(210)	(37.805)
Saldo	-	-	1.850.265	-	597	1.850.862
Custo	-	-	1.960.738	-	1.054	1.961.792
Amortização acumulada	-	-	(110.473)	-	(457)	(110.930)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	1.850.265	-	597	1.850.862

(*) Apenas o montante de R\$ 88.408 (2017 – R\$ 93.982) relativas as adições impactaram no caixa;

(**) Referem-se aos saldos da controlada Liquiport que passaram a ser classificados na rubrica de ativos mantidos para negociação (Nota nº 10);

(***) Referem-se aos saldos das controladas RTC e CRB que passaram a ser classificados na rubrica de ativos não circulantes mantidos para negociação (Nota nº 10).

Odebrecht TransPort S.A. e sua controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Empréstimos, financiamentos e debêntures – Consolidado

	2018	2017
<i>Corporativo</i> (a)	798.549	734.179
Captações estruturadas (b)	1.130.119	4.437.555
Capital de giro e <i>Bridge Loan</i> (c)	995.906	995.799
(-) Custo de transação (d)	(32.210)	(98.848)
Passivo circulante	1.736.936	1.609.750
Passivo não circulante	1.155.428	4.458.935

(a) Corporativo

A Companhia possui empréstimo junto ao Banco do Brasil, no montante de R\$ 188.289 (2017 – R\$ 173.435), com taxa de juros de 132% do CDI; e debêntures privadas emitidas junto ao Bradesco, no montante de R\$ 610.260 (2017 – R\$ 560.744), com remuneração de CDI + 2,28%. O prazo de liquidação de parcela dessas dívidas, no montante de R\$ 398.840, vem sendo renegociado sucessivamente, tendo sido prorrogado para 15 de maio de 2019.

(b) Captações estruturadas

- (i) A CRB possui linha de crédito de longo prazo junto ao BNDES no montante de R\$ 921.503, da qual foi liberado o montante de R\$ 654.938, sendo R\$ 469.660, sujeito à remuneração de TJLP + 2,32%, e R\$ 185.277, sujeito à remuneração de IPCA + Taxa de referência + 2,32%. Também foram emitidas debêntures no valor de R\$ 1.100.000, com remuneração de IPCA + 9,57%, cujo saldo em 31 de dezembro de 2018 montava em R\$ 1.612.189 (2017 – R\$ 1.626.575). Em 31 de dezembro de 2018, os saldos dessas dívidas estão apresentados em Passivos não circulantes relacionados a ativos não circulantes mantidos para negociação (Nota nº 10);
- (ii) A Companhia emitiu debêntures no valor de R\$ 300.000, com remuneração de IPCA + 6,7%, cujo saldo em 31 de dezembro de 2018, monta em R\$ 411.487 (2017 – R\$ 396.302). Em 2018, foram liquidadas parcelas de juros, no montante de R\$ 26.831;
- (iii) A SuperVia possui uma linha de crédito aprovada junto ao BNDES, no montante de R\$ 1.693.271, da qual foi liberado R\$ 1.101.255, sujeita à remuneração de TJLP + 2,63% e Pré 5,63%, exclusivo para financiamento de parte do plano de investimento. Também foram emitidas debêntures de infraestrutura não conversíveis em ações no valor de R\$ 300.000, para o financiamento de parte do plano de investimento sujeita a remuneração de IPCA + 7,5%. O saldo atualizado das captações em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 1.342.185 (2017 – R\$ 1.378.732), que incluem também financiamentos junto a outras instituições financeiras no montante atualizado de R\$ 5.171. Em 31 de dezembro de 2018, os saldos dessas dívidas estão apresentados em passivos não circulantes relacionados a ativos não circulantes mantidos para negociação (Nota nº 10);
- (iv) A Agrovia, emitiu debêntures para construção de infraestrutura no montante de R\$ 35.000, com remuneração de CDI + 4,75%. O saldo das debêntures em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 43.496 (2017 – R\$ 39.030).

Odebrecht TransPort S.A. e sua controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (v) Em 01 de julho de 2016, a ODBR celebrou um contrato para emissão de debêntures conversíveis em ações com o SCP 1355 Fundo de Investimento em Participações, representado por sua administradora Sociedade Corretora Paulista S.A. (SOCOPA), no montante de R\$ 351.760. Essas debêntures são impactadas por uma banda cambial (BRL/USD), sendo que, a partir de maio de 2018, passou a ser fixada pela taxa de câmbio de R\$ 3,53 até janeiro de 2019. Em 1º de setembro de 2017, a ODBR celebrou um novo contrato para a 2ª emissão das debêntures conversíveis em ações, sendo captado o montante líquido de R\$ 77.886. O saldo total das debêntures em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 632.792 (2017 – R\$ 527.820).
- (vi) A CRC possui contrato de financiamento com o BNB, providos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), com juros de 9,5% a.a. e vencimento final em 27 de novembro de 2029. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo atualizado é de R\$ 42.344, tendo sido liquidadas, em 2018, parcelas no montante de R\$ 6.071, sendo R\$ 2.636 de principal e R\$ 3.435 de juros.

(c) Capital de giro e *Bridge Loan*

A CRO possui contrato de financiamento mediante abertura de crédito junto ao BNDES, no montante de R\$ 762.000, destinado aos investimentos iniciais para conservação, recuperação e ampliação da BR-163 MT. Sobre o principal da dívida incide juros anuais de TJLP + 2,9%. O valor liberado até 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 590.000. Em 15 de maio de 2018, foi celebrado novo aditivo contratual com alteração da metodologia de cálculo dos juros remuneratórios incidentes sobre o principal, utilizando-se da Taxa de Longo Prazo (TLP) em substituição à TJLP. Desde então ocorreram prorrogações sucessivas da data de vencimento da parcela única de amortização do principal, sendo a última para 15 de maio de 2019, mediante apresentação de cartas de fiança e/ou renovação de cartas de fiança vigentes. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 663.921.

A CRO também captou um financiamento junto à Caixa Econômica Federal (“CEF”), no montante de R\$ 300.000, com vencimento em parcela única do principal mais juros em 20 de novembro de 2018. Sobre o principal da dívida incide juros de 3,5% a.a., acima da TJLP. Em 14 de junho de 2018, foi celebrado novo aditivo contratual prorrogando o prazo de vencimento do empréstimo de 20 de maio de 2018 para 20 de novembro de 2018, limitado ao prazo de vencimento do empréstimo ponte do BNDES. Em novembro de 2018, ocorreu nova prorrogação para 20 de maio de 2019. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 331.985.

No exercício de 2018, foram pagos juros de R\$ 97.645 e custos de transação de R\$ 47.491.

A CRO previa no seu plano de negócios a capitalização de recursos financeiros de longo prazo para financiamento das obras previstas no Contrato de Concessão e para pagamento dos financiamentos de curto prazo que, até o presente momento, não ocorreu.

(d) Custo de transação

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações.

Odebrecht TransPort S.A. e sua controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Garantias

- (i) As debêntures e os financiamentos de longo prazo da CRB foram concedidos sob a modalidade de *project finance* ou financiamento com garantias de projeto, através de garantia compartilhada entre os titulares das debêntures e o BNDES onde constituem-se como garantias dos credores a cessão fiduciária dos direitos creditórios, a cessão dos direitos emergentes da concessão e o penhor das ações da CRB.

Todos os pagamentos e valores devidos pela CRB à Companhia no âmbito do contrato de mútuo serão feitos exclusivamente em conta vinculada;

- (ii) A SuperVia obriga-se, em garantia do pagamento de quaisquer obrigações decorrentes do financiamento, a constituir e manter, durante esse financiamento, conta reserva aberta junto ao Banco Depositário, na qual deverão permanecer depositados recursos correspondente ao saldo mínimo estabelecido em contrato. A movimentação desta conta reserva é realizada através de uma gerenciadora de recursos e pagamentos, que os efetua no âmbito do programa de investimento da SuperVia;
- (iii) O contrato de financiamento da CRO junto aos BNDES tem como garantia fidejussória fianças bancárias prestadas por instituições financeiras (“Fiadores”). Em favor dos Fiadores, foram oferecidas em garantia à alienação fiduciária das ações do Projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios. Em 06 de maio de 2016, a ODBR e a Companhia assinaram carta de fiança corporativa em favor dos fiadores perante o contrato de prestação de garantias. Por sua vez, o contrato de financiamento com a CEF detém como garantia fidejussória fiança corporativa da OTP, alienação fiduciária das ações do projeto e a cessão fiduciária dos direitos creditórios;
- (iv) Para o contrato de empréstimo ponte da Agrovía, a OTP disponibilizou fiança corporativa e alienação fiduciária das ações como garantia;
- (v) O contrato de financiamento da CRC prevê, como garantia, penhor de ações ordinárias e direitos emergentes do contrato de concessão, vinculação de recebíveis, fundo de liquidez em conta reserva e cessão de direitos creditórios;
- (vi) Além das garantias mencionadas, a Companhia fornece *Equity Support Agreement* (“ESA”) para empréstimos e financiamentos contratados pelas investidas Supervia, Liquiport e VLT RJ e fianças corporativas para a Move SP e CRA.

Odebrecht TransPort S.A. e sua controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(f) Prazo de vencimento

O montante a longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Consolidado	
	2018	2017
2019	-	317.399
2020	713.013	558.307
2021	4.845	530.875
2022	5.074	891.453
2023	5.253	465.282
2024	5.458	562.139
2025	5.027	105.114
2026	10.741	103.894
2027 em diante	406.017	924.472
	1.155.428	4.458.935

15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido – Consolidado

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

(i) Ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos dos ativos e passivos de imposto de renda diferido apresentado de forma líquida nas empresas, são decorrentes de:

	2018	2017 (***)
Crédito tributário (*)	1.040	104.218
Prejuízo fiscal e base negativa (**)	22.644	352.437
Mensuração de diferença de valor justo em combinação de negócio	(9.225)	(226.797)
Outras diferenças temporárias	12.682	(196.173)
	27.141	33.685

(*) Com base em estudo técnico aprovado pelas respectivas Administrações, reconheceram benefícios fiscais sobre o valor das mais valias pagas a serem amortizadas para fins tributários.

Odebrecht TransPort S.A. e sua controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A expectativa da Administração quanto à realização total dos créditos fiscais acima referida está prevista para ocorrer da seguinte forma:

Ano	Realização
2019	262
2020	262
2021	262
2022 em diante	254
Total	1.040

(**) Refere-se, substancialmente, a impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL da CRO. Esses créditos tem projeção de realização até 2025.

A expectativa das Administrações quanto à realização total dos créditos fiscais acima referido está prevista para ocorrer da seguinte forma:

Ano	Realização
2019	7.334
2020	7.334
2021	7.976
Total	22.644

(***) Em 2017, os saldos incluíam ativos e passivos de imposto de renda diferidos provenientes da CRB e da Supervia, que em 2018 foram alocados para “Passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para negociação” (Nota nº 10).

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos no resultado

	2018		2017	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
OTP	(9.364)	(3.121)	-	-
CRC	388	132	(256)	(92)
CRO	8.405	3.026	(256)	(31)
	(571)	37	(512)	(123)

Odebrecht TransPort S.A. e sua controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Imposto de renda e contribuição social corrente no resultado

	2018		2017	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
CRC	-	-	(67)	(34)
CRO	(419)	(164)	-	-
OM	(6.062)	(2.192)	(9.137)	(3.298)
CRH	(21)	(12)	(40)	(15)
	(6.502)	(2.368)	(9.244)	(3.347)

16 Provisão cíveis, trabalhistas e previdenciárias

- (i) A CRO e CRC são partes envolvidas em processos trabalhistas e cíveis, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas prováveis decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

O Grupo apresentava os seguintes saldos de provisões, e de depósitos judiciais em 31 de dezembro:

	2018		2017	
	Depósitos judiciais	Provisões	Depósitos judiciais	Provisões
Contingências trabalhistas e previdenciárias	-	32	10.121	3.468
Reclamações cíveis	-	1.115	17.351	22.633
Outros	1.770	759	2.835	-
	1.770	1.906	30.307	26.101

A Administração das controladas, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, avalia que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada processo são suficientes e representam sua melhor estimativa de perda, às quais são revisadas periodicamente.

Em agosto de 2018, a CRB ajuizou Ação Declaratória perante a 13ª Vara Cível Federal, em que se discute a amortização do ágio fiscal na apuração de IRPJ e CSLL oriundo da incorporação de parte do acervo cindido do seu antigo acionista Odebrecht Transport Participações S.A., ocorrida em 21 de dezembro de 2012, relativo às apropriações dos anos calendário de 2014 e subsequentes. Apesar de o pedido de tutela antecipado ter sido indeferido, a CRB efetuou o depósito judicial no montante de R\$ 37.369, garantindo, assim, a suspensão da exigibilidade desses tributos, nos termos do artigo 151 do Código Tributário Nacional.

Odebrecht TransPort S.A. e sua controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 31 de dezembro de 2017, os saldos incluíam provisões e depósitos judiciais para processos trabalhistas e cíveis da CRB e da Supervia, que em 2018 foram alocados para “passivos relacionados a ativos não circulantes mantidos para negociação” (Nota nº 10).

(ii) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço:

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia, de forma consolidada através de suas controladas incluindo Supervia e CRB, tem ações de naturezas cível e trabalhista, envolvendo riscos de perdas possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no montante de R\$ 672.979 (2017 – R\$ 475.827).

17 Outros passivos

	Consolidado	
	2018	2017
<i>Impairment</i> (i)	325.736	338.918
Provisão para conserva especial (ii)	102.263	71.279
Procedimento de Manifestação de Interesse	2.427	2.427
Dividendos a pagar	761	209
Outros passivos	10.203	55.068
	441.390	467.901
Passivo circulante	7.912	44.995
Passivo não circulante	433.478	422.906

(i) Inclui *impairment* dos investimentos em CRO e Agrovía (Nota nº 1);

(ii) Provisão constituída considerando os investimentos previstos nos contratos de concessão para o período de cinco anos, descontados a valor presente, e apropriados pelo prazo de concessão, incluindo também a provisão de manutenção e recuperação para os dois últimos anos previstos no contrato de concessão.

Odebrecht TransPort S.A. e sua controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 1.610.713, composto por 214.666.816 ações ordinárias, da seguinte forma representada:

Acionistas	Número de ações		Participação no capital social (%)	
	2018	2017	2018	2017
Odebrecht S.A.	127.499.078	127.499.078	59,39%	59,39%
BNDES Participações S.A.	22.767.693	22.767.693	10,61%	10,61%
FI-FGTS	64.400.045	64.400.045	30,00%	30,00%
	214.666.816	214.666.816	100,00%	100,00%

(b) Ajustes de avaliação patrimonial

Criada pela Lei nº 11.638/07, com o objetivo de registrar os valores que já pertencem ao patrimônio líquido, não transitaram pelo resultado.

	2018	2017
Saldo no início do exercício	(42.065)	(42.890)
Ajuste de conversão de investidas no exterior	(10)	(1)
Ajuste de avaliação a valor de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	107	780
Realização de ganho e perda de variação de percentual de participação (*)	(428)	-
Ganho (perda) transação de capital	(273)	46
Saldo no final do exercício	(42.669)	(42.065)

19 Receita líquida – consolidado

	2018	2017
		(Reapresentado)
Receita de construção (Nota 20)	96.509	128.417
Receita de operação		
Pedágio de rodovias	440.649	418.558
Outras receitas	15.040	11.560
	455.689	430.118
Tributos sobre serviços de operação	(41.520)	(38.504)
Receita operacional líquida	414.169	391.614
Receita líquida	510.678	520.031

Odebrecht TransPort S.A. e sua controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20 Receita e custo de construção

A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos pelas controladas na formação da infraestrutura de cada contrato e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento na formação do seu ativo intangível e/ou ativo financeiro, presente nos contratos de concessões públicas.

Controladas	Direito da Concessionária	Receita de construção	Custo de construção	Margem de lucro	Receita do ativo financeiro
CRO	Ativo Intangível	95.682	(95.682)	-	-
CRC	Modelo híbrido	827	(819)	8	3
Saldo em 31 de dezembro de 2018		96.509	(96.501)	8	3
Saldo em 31 de dezembro de 2017 (Reapresentado)		128.417	(128.410)	7	71

A Administração da CRO entende, baseado em cálculos suporte, que os custos de supervisão das obras são imateriais para fins de mensuração. Logo, a receita de construção é reconhecida sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, com margem próxima a 0%.

A margem de lucro de construção do ativo intangível é econômica e não tem efeito caixa, por esta razão, está sendo apresentada como item de ajuste do lucro antes do imposto de renda e contribuição social, para fins de determinação dos fluxos de caixa das atividades operacionais.

21 Gastos por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
				(Reapresentado)
Classificadas por natureza:				
Serviços de terceiros	(17.376)	(34.459)	(82.615)	(154.016)
Gastos com pessoal	(35.098)	(35.704)	(111.869)	(115.455)
Depreciação e amortização	(656)	(690)	(43.855)	(35.159)
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	(93)	(8.478)	(21.357)	(12.267)
Alienação de investimentos	(32.794)	-	(32.794)	-
Provisão para conserva	-	-	(54.184)	(30.733)
Outras despesas	(55.002)	(60.000)	(87.635)	(71.469)
	(108.225)	(139.331)	(434.309)	(419.099)
Classificadas por função:				
Custo dos serviços prestados	-	-	(234.230)	(204.541)
Gerais, administrativas	(68.669)	(79.330)	(128.992)	(154.222)
Outras despesas, líquidas	(39.556)	(60.001)	(71.087)	(60.336)
	(108.225)	(139.331)	(434.309)	(419.099)

Odebrecht TransPort S.A. e sua controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
				(Reapresentado)
Receitas financeiras				
Receitas com juros	53.916	57.884	29.768	76.582
Variações cambiais e monetárias	4.841	-	5.066	-
Outros	49	-	397	166
	58.806	57.884	35.231	76.748
Despesas financeiras				
Despesas com juros	(106.736)	(129.957)	(300.494)	(251.333)
Amortização de custos de transação	(1.450)	(1.438)	(52.002)	(43.802)
Variações cambiais e monetárias	-	(21)	(16.907)	(1.411)
Ajuste a valor presente	-	-	(6.460)	(2.207)
Outros	(7.158)	-	(31.421)	(1.773)
	(115.344)	(131.416)	(407.284)	(300.526)
	(56.538)	(73.532)	(372.053)	(223.778)

23 Prejuízo por ação

Básico e diluído

O prejuízo por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

A Companhia não possui dívida conversível em ações e opção de compra de ações, desta forma, não apresenta ações ordinárias e preferenciais potenciais para fins de diluição.

	2018	2017
Prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da sociedade titulares de ações ordinárias	(559.342)	(390.766)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	214.667	214.667
Prejuízo por ação (em Reais)	(2,61)	(1,82)

Odebrecht TransPort S.A. e sua controladas

Notas explicativas da Administração às informações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Eventos subsequentes

- Em 15 de janeiro de 2019, a CRB efetuou o pagamento de juros, correção monetária, e amortização de valor nominal, no montante de R\$ 94.439, referentes a 1ª Emissão de Debêntures.
- Em 29 de janeiro de 2019, a controlada Odebrecht Rodovias S.A. assinou o compromisso de venda de 85% do capital social total e votante da CRB para o Fundo de Investimentos SCP 1335. A transação será concluída após a satisfação ou renúncia de todas as condições suspensivas previstas no Contrato que incluem, dentre outras: (i) aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”); (ii) aprovação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP”); (iii) aprovação de determinados credores; (iv) aprovação dos acionistas minoritários da OTP; e (v) a troca de emissor da debêntures de infraestrutura (Nota nº 14 (b)) da OTP para CRB. O contrato de compra e venda determina que o preço de venda do ativo varia nas mesmas condições das debêntures emitidas pela Odebrecht Rodovias, neutralizando o risco cambial.
- Em 28 de fevereiro de 2019, a Companhia firmou *Share Purchase, Credit Assignment and Investment Agreement* objetivando a alienação do controle indireto da Supervia para a Guarana Urban Mobility Incorporated (“GUMI”). Após a conclusão da transação, a OTP passará a deter 11,33% de participação acionária indireta na Supervia. A transação será concluída após a satisfação de condições precedentes no contrato dentre elas, aprovações junto ao CADE, ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, aos acionistas minoritários da OTP e a determinados credores.
- Em 7 de março de 2019, o CADE se manifestou favoravelmente as alienações dos controles de CRB e Supervia.
- Em 11 de março de 2019, foi assinado o contrato de compra e venda com o Terminal Portuário do Espírito Santo, para a transferência da totalidade das ações na Liquiport. A conclusão da transação, está sujeita a condições precedentes junto ao poder concedente, credores, sócios minoritários e ao conselho da OTP.

* * *